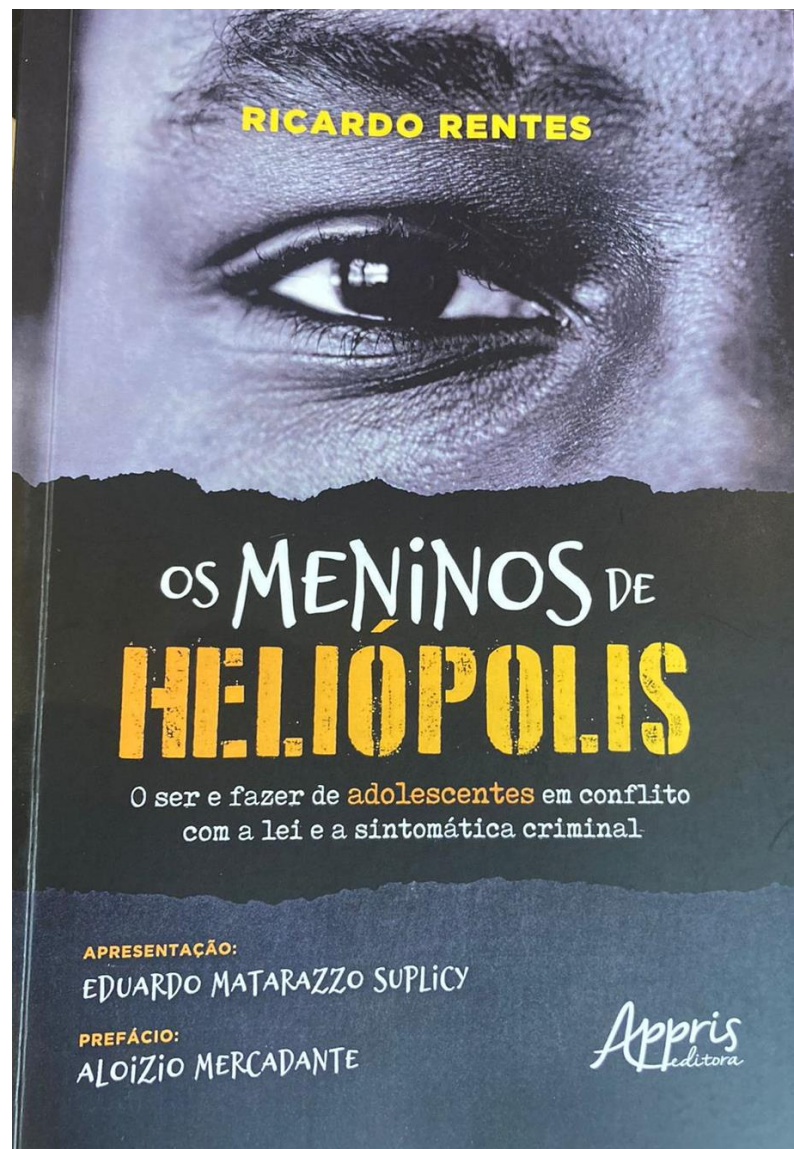


**“OS MENINOS DE HELIÓPOLIS:  
O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática  
criminal”, de Ricardo Rentes.**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137resenhaosmeninosdeheliopolis>



**Stella Klink Giampietro**  
*stellaklink@gmail.com*

Graduada em psicologia pela USJT. Psicóloga clínica, pesquisadora e atuante na área social, com enfoque para populações vulneráveis, em especial adolescentes em conflito com a lei.

**“OS MENINOS DE HELIÓPOLIS:  
o ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal”,  
de Ricardo Rentes.**

**"BOYS FROM HELIÓPOLIS:  
being and doing of adolescents in conflict with the law and criminal  
symptomatology" by Ricardo Rentes..**

**"LOS NIÑOS DE HELIÓPOLIS:  
el ser y hacer de los adolescentes en conflicto con la ley y la sintomatología  
criminal" de Ricardo Rentes.**

## **INTRODUÇÃO**

Meu nome é Stella e, desde antes mesmo de entrar na escola, meu sonho de criança (no mínimo curioso) era ser dona de uma cadeia, a qual seria conhecida por oferecer um ambiente similar ao de um hotel aos presidiários, com acesso a livros e boa comida, pois me mantive nas coisas que mais me alegravam naquela época. Depois pensei que talvez isso abrisse possibilidade para que pessoas cometessem crimes só para entrar na minha prisão, já que existem pessoas que moram na rua e nem ao básico tem acesso. Decidi então que meu presídio seria restrito àqueles que cometeram delitos menos graves ou que o fizeram por uma necessidade. Surge aí o início de minha história com a socioeducação. Hoje psicóloga clínica e pesquisadora do tema, vou adequando meu sonho com as possibilidades que a vida de “gente grande” por vezes nos proporciona, mas sem perder a paixão e a vontade de fazer alguma diferença prática na vida dessas crianças e adolescentes.

Tive a sorte e o privilégio de conhecer o Ricardo Rentes em uma palestra que ele ministrou na faculdade na qual eu realizava minha graduação. Era a “semana da saúde”, e várias palestras dos mais diversos temas aconteceriam. Recebi um folheto com o programa da semana e me surpreendi por encontrar uma com o tema da socioeducação, qual lastimavelmente recebe tão pouca atenção da academia. Faltei a um compromisso que tinha no dia, peguei condução atrasada e encharcada da chuva, mas fui, e que boa decisão foi essa.

Para aqueles que não conhecem o Ricardo pessoalmente, farei uma breve descrição. Ele nos encanta à primeira vista. Sua postura sempre impecável e oratória nos embalam, e sua dedicação tão admirável a tudo que se propõe a fazer é contagiante. A palestra daquele dia foi emocionante, e claro que eu não poderia perder a chance de falar com ele ao final para, ao menos, parabenizá-lo. Lembro que a primeira coisa que ele me disse foi “era você a menina que estava chorando, né?” (era, e chorei muito) e desde então ele tem sido não só uma espécie de mentor para mim como também a minha maior inspiração na socioeducação.

É uma honra imensa ter sido convidada para apresentar esse livro a vocês, leitores da PHATOS. E espero que eu consiga transmitir ao menos uma parcela da grandiosidade que esse livro é.

## **O INÍCIO DE TUDO**

O objetivo do estudo já prenuncia o caráter humanista e transgressor que permeará toda a obra. Para além das razões que levam o jovem a se infiltrar no crime e suas perspectivas de futuro, o autor se propõe a explorar como vivem e sentem genuinamente os adolescentes em conflito com a lei da nossa atualidade, suas particularidades, realidades subjetivas e sociais até as violações de direito quais foram e são submetidos. Em suma, Ricardo nos oferece uma obra que é tanto uma análise científica aprofundada quanto um trabalho de empatia e humanidade.

Segundo o levantamento do SINASE 2017, o perfil do adolescente em conflito com a lei é de meninos pretos, periféricos, socioeconomicamente vulneráveis e com idade entre 16 e 17 anos. Perfil esse que é sempre protagonista de violências nos jornais mais sensacionalistas. É o “mal” no posto de bode expiatório da sociedade, o culpado que elegemos como repositório das nossas angústias e medos. A informação que não é divulgada tão recorrentemente é a de que esses mesmos jovens também protagonizam enquanto vítimas os índices de assassinatos. Para cada 1 adolescente que comete o ato infracional, 1,5 o sofre.

Quando nos voltamos aos dados somos deparados com um cenário comparável aos países em estado de guerra. Em 2004 o Brasil ficou em sexto lugar no ranking mundial de países onde mais adolescentes eram assassinados, sendo mais de 50 jovens mortos por dia. Se compararmos com os dados atuais, tivemos uma piora no quadro, segundo o Anuário de Segurança Pública (2021), possuímos uma taxa de 13 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes, levando o Brasil a ocupar a quarta posição mundial. Em uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 2010, sobre homicídios no Brasil, foi comprovado que a população entre 15 e 24 anos é a que mais é assassinada, e de acordo com a United Nations Children's Fund - Unicef (2015), um adolescente negro tem quatro vezes mais chances de ser assassinado que um adolescente branco.

Pode ser que imaginemos que, com o advento das leis do ECA e SINASE, medidas protetivas tenham sido tomadas para que fosse preservada a garantia de direitos às crianças e adolescentes, diminuindo inclusive consideravelmente o índice de violência urbana e institucional. Infelizmente essa ainda não é nossa realidade. Por mais que incorporamos posturas avançadas em nossa legislação, sua aplicação é violenta e discriminatória. Ainda que tais adolescentes sejam considerados pela normativa legal como sujeitos de direitos, cidadãos em formação e detentores de uma personalidade em desenvolvimento, na prática, suas vidas são tratadas sob a ótica da segurança pública e da necessidade de contenção social. O resultado dessa perspectiva higienista e penalizadora é a produção de um verdadeiro apartheid social que cerceia a possibilidade de construção de um projeto de vida autônomo e saudável.

Ricardo nos conta que seu encontro com a comunidade de Heliópolis se deu quando era professor de graduação, e Cleide, uma aluna lá que residia o convidou para conhecer e desenvolver um trabalho dentro do território. A partir disso somos apresentados à grandiosidade que é essa comunidade, não somente em termos de extensão como também de histórico de lutas por garantias de direitos, conquistas e o senso de pertencimento, mesmo em meio a um cenário tão dificultoso de tantas privações básicas e vulnerabilidades.

Ricardo conta essas histórias, tanto das pessoas quanto da comunidade, sem exploração de seus sofrimentos com sensacionalismo, mas também sem romantização. Ele as honra. Conta assim como ela é, nos atentado e guiando sempre com seu pensamento crítico e olhar atento. Ele nos traz que sim, Heliópolis é uma comunidade permeada por vulnerabilidades e abandonos Estatais, desde falta de saneamento básico à violência policial, balas perdidas e traficantes intimidadores. Mas, ao contrário do que vemos sendo explorado midiaticamente, ele também nos traz o lado humano, pois Heliópolis, nas palavras dele “é feita também de acolhimento, receptividade, alegria, café e bolo quente, movimento por melhorias, organizações sociais engajadas em garantir direitos de cidadania, música, dança e crianças correndo e brincando”. Ele nos traz como aquele local tinha se tornado, de fato, uma comunidade, com força comunitária e expressividade cívica, e que, para os moradores, era fora de Heliópolis que o lugar de oprimido surgia de forma mais expressiva e real. É nesse cenário que outra função se mostra a ele, a de auxiliar a comunidade a se fortalecer e provocar o externo acerca de sua existência.

Ao decorrer do livro vamos percebendo como, tal qual a história de "Tistu, o menino do dedo verde" que floresce o que toca, Ricardo transforma por onde passa, de fato fazendo desabrochar o melhor de cada um. Atuando como supervisor de alguns serviços mantidos pela prefeitura naquela comunidade, entre eles um Saica, ele nos relata uma das histórias que mais me comoveu no livro, e que demonstra bem como sua atuação se dá com tanta dedicação e excelência.

Em sua primeira semana de atuação o caso de um menino foi apresentado como um pedido de socorro, visto que a equipe técnica do local já havia desistido de lutar, pois “tudo já tinha sido feito e nada surtia efeito”. Esse menino de 15 anos, que nem ao menos era chamado pelo nome pelos técnicos, tinha os vínculos familiares rompidos e se encontrava em prática infracional, trabalhando no tráfico de drogas da região. Com olhares desesperançosos, a equipe desejava que o menino fosse desacolhido, ou “que ele sumisse, desaparecesse e nunca mais voltasse” (sic). Quando foram interrogados sobre o que esse menino gostava de fazer, quais seus sonhos, habilidades, sua história de vida, ninguém soube responder. Ricardo nos traz um pensamento de Winnicott, de que seria uma alegria estar escondido, mas um desastre não ser encontrado. E é o que aconteceu com esse menino, que não foi de fato visto nem ouvido nem por aqueles que tinham o dever de olhar por ele.

Nesse cenário, uma das intervenções tomadas foi a de uma aproximação com o tráfico do qual o menino participava, qual, conversando com o gerente do ponto de droga, este se sensibilizou com a história do jovem e se comprometeu a ajudar a equipe, libertando-o. Este gerente era visto pelo menino como alguém afetivo, forte e que lhe ofereceu uma oportunidade e confiou nele, coisa essa que lhe tinha sido negada por tantos. O menino então deixou de trabalhar na boca e voltou a estudar a pedido do traficante. Ele lhe disse que poderia “se tornar um advogado para futuramente defender seus parceiros de comunidade ou mesmo um médico para cuidar das crianças da favela”. O menino então retoma seus estudos e, quando conseguiu uma oportunidade de emprego, foi trabalhar como jovem aprendiz.

Ricardo nos conta que em sua atuação na medida socioeducativa (MSE), por aproximadamente um ano, teve que dedicar sua atenção exclusivamente às questões profissionais e pessoais da equipe a serem manejadas, visto que esses também eram abandonados e negligenciados pelo poder judiciário que protagonizavam situações vexatórias nas audiências, por ameaças policiais e também pelo Estado, visto que também eram moradores da região. Essa vivência de abandono reverbera no serviço com os adolescentes, sendo reproduzida nas relações através de afetos empobrecidos e negligências, que resultavam em um abandono da medida por parte dos adolescentes e seus familiares.

É, portanto, nesse cenário que Ricardo oferta às equipes aquilo que eles deveriam ofertar aos adolescentes e suas famílias, um espaço de escuta acolhedor e empático. A equipe, que antes se encontrava desesperançosa e desgastada, após ter seu lugar de dignidade ofertado (e alguns desligamentos realizados), encontrava-se agora mais preparada e mobilizada para conseguir promover um trabalho interventivo e efetivo no serviço com os adolescentes da medida socioeducativa.

Os adolescentes, nesse contexto, muitas vezes se veem impelidos a desenvolver uma postura de desapego, isolamento e violência como forma de lidar com a falta de reconhecimento e valorização que experienciam no mundo social. E se antes nessa unidade eram encontrados adolescentes defensivos, pouco participativos, cabisbaixos e desconfiados, paulatinamente esse cenário foi transformado, agora com adolescentes mais participativos e estabelecendo mais vínculos de confiança. A MSE passou a ser, de fato, um lugar de escuta e transformação, afinal, nas palavras do autor: “mediante toda a insalubridade vivenciada, a busca de mais investimentos no material humano que cuida desses meninos sempre se fará necessária”.

Entendi com a prática vivenciada no campo que a ética perante os sujeitos, nesse caso os adolescentes em conflito com a lei e suas respectivas famílias, deve ser definida não como um privilégio, mas sim como garantia de direitos. Esses princípios que envolvem tais garantias eram o tempo todo levados à consciência dos técnicos e demais profissionais que acompanhavam esses meninos. Confrontos e embates teórico-práticos vistos como positivos eram semanalmente travados a partir da supervisão e do estudo de caso, prática essa de trabalho muito comum na psicologia e na psicanálise, que tinham como princípio a construção coletiva e horizontalizada de saberes. (Rentes, 2022)

A força que compõe Heliópolis enquanto um local de pertencimento e senso de identidade é notória, mas Ricardo propõe o questionamento de que talvez, tal ideologia não estivesse alcançando os adolescentes envolvidos com a prática infracional, afinal, os serviços prestados na comunidade abarcavam muito mais a infância que a adolescência, com creches e CCAs que atendem a população até os 14 anos e 11 meses de idade. É envolto nessa preocupação que Ricardo desenvolve intervenções no serviço da medida socioeducativa, que se basearam em oficinas e encontros. São esses:

1. Oficinas pedagógicas: a medida socioeducativa é, geralmente, vista como uma punição e não como uma oportunidade. Tal oficina, portanto, almejava levar a esses meninos o real sentido da medida, que deve perpassar pela preocupação empática com a vida de cada um deles, além de um desejo real de ouvi-los, entendê-los e ajudá-los.



2. Oficinas de Reuniões de Pais: No período anterior à existência dessa oficina os familiares dos jovens ali em comprimento de medida eram muito pouco engajados e pouco participavam das reuniões. Tal cenário estava presente justamente pela falta de escuta e acolhimento que também era perpassada para essas famílias. Foi através de uma escuta ativa e empática que esse cenário foi transformado de pouco comparecimento para presenças tão expressivas que por vezes faltavam até lugares para se sentar.
3. Oficinas de Culinária, Jogos Cooperativos e Grafite: possuíam intuito pedagógico e socioeducativo, para que, através de atividades recreativas pudessem ser trabalhados índices de frustração, trabalho em equipe, mapeamento de falhas, direito a uma nova chance etc.
4. Oficinas de Teatro: visava trabalhar a autoestima dos adolescentes, para que através de conteúdos projetivos tivessem a oportunidade de demonstrar outras facetas de sua vida e proporcionar uma ressignificação de conflitos internos, outrora reprimidos e inacessíveis.
5. Oficinas de Círculos de Paz: com objetivo de desenvolver princípios da justiça restaurativa, possibilitaram um espaço para reflexão dos fatos, do bem-estar coletivo e da possibilidade de se alcançar uma resolução em unidade.
6. Oficinas de Formação em Empregabilidade: foram realizadas buscando possibilitar a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que uma lacuna estava presente, a falta de escolarização. Com índices expressivos de analfabetismo, graves violações aos direitos desses adolescentes se mostraram presentes, como diretores que se recusavam a matricular o adolescente na escola, solicitações para que o mesmo se mantivesse em casa, aprovações de série escolar automáticas etc.
7. Oficinas de Inclusão Digital: Mesmo Heliópolis sendo uma comunidade rica em recursos, muitos meninos e seus familiares não eram atravessados por estes. O objetivo foi fortalecer o senso de pertencimento em relação à região para que pudessem alcançar maiores possibilidades de acesso à escolha.

8. Oficinas Temáticas e Operativas: como sexualidade, violência policial, violência de gênero, racismo etc. Uma das propostas foi a confecção de camisetas que seriam vestidas por eles mesmos durante a Caminhada pela Paz, que acontecia anualmente na comunidade com foco no combate à violência policial. Inicialmente tal proposta foi aceita com animação, e nas camisetas emergiram suas reivindicações e manifestações, porém, no dia da manifestação, os meninos não se sentiram confortáveis para utilizá-las. Cabe ressaltar que os técnicos da medida também se sentiram inseguros em utilizarem as camisetas, referindo medo de represálias policiais.
9. Oficinas de Cidadania: os adolescentes participaram de fóruns de discussão sobre infância e adolescência, com intuito de trabalhar o seu Ser e Fazer incluídos numa perspectiva de cidadania, ressocialização e garantia de direitos.

## **SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS INTERFACES COM O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ATUAL**

Nesse sentido, Ricardo demonstra por meio de referenciais teórico-práticos sólidos, que a desigualdade social não somente está diretamente ligada ao aumento nos índices de violência como a autoriza, sendo instituída intencionalmente pelo Estado e endossada pela sociedade civil. Quando a desigualdade é aceita e naturalizada, as violências que a acompanham também são legitimadas e perpetuadas, se tornando um mecanismo de controle social e de manutenção das hierarquias que se retroalimenta. Para a população que a sofre, só resta o lugar do objeto coisificado, posto que não são vistos como pertencentes à sociedade, mas sim, como a causa de seus problemas.

O autor de Meninos de Heliópolis aponta que esta condição de marginalidade e exclusão social potencializa a violência como uma resposta para manter a ordem e a hegemonia do poder estabelecido, perpetuando assim o ciclo vicioso de desigualdade e violência. E é nesse lugar do não reconhecimento do outro e de sua humanidade que a tirania se instaura, e na negação daquele que é diferente a mim, o elimino, simbólica ou concretamente.

Infelizmente, no contato com a socioeducação, ainda nos deparamos muito mais com histórias tristes do que com as de esperança e transformação, e Ricardo nos traz como os adolescentes em conflito com a lei são submetidos, pelo próprio judiciário em certos momentos, a um tratamento abusivo, segregado, recluso e violento. Em um dos casos, tão criteriosamente retratado no livro, nos deparamos com uma grave violação aos preceitos tão arduamente conquistados pela luta Antimanicomial e Lei da Reforma Psiquiátrica.

Ricardo nos conta a história de Pedro, nome fictício escolhido pelo autor, um menino de 14 anos, preterido pelos genitores e que residia com sua avó materna, qual tinha pouco vínculo afetivo com o neto. Pedro era usuário de substâncias psicoativas (regularmente maconha e esporadicamente cocaína), foi encaminhado para a medida socioeducativa pelo envolvimento no tráfico de drogas. Essa avó decide então interná-lo em um hospital psiquiátrico, em uma cidade do interior de SP, no qual se direcionava ainda por princípios manicomiais. O juiz responsável pelo caso, mesmo com solicitações da responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa para que o menino fosse retirado de tal local, nega o pedido, em desacordo assim com os próprios princípios legais do Sinase. Os relatórios, a muito custo, encaminhados pela clínica, demonstram uma administração medicamentosa de forma incabível e perversa, demonstrando uma real contenção química. Foram feitas novas solicitações para uma intervenção do judiciário, quais foram novamente negadas. Com a permanência de Pedro na clínica, o acompanhamento da medida foi transferido para uma unidade mais próxima, e desde então não foram tidas mais notícias dele. Casos como esse são revoltantes e abomináveis, mas infelizmente não são esporádicos.

Ricardo, em uma pesquisa de campo prévia realizada em 2015 com 18 profissionais da socioeducação, aponta que foi unanimidade o relato de indícios de violências sofridas dentro das instalações da Fundação Casa pelos adolescentes assistidos. Embora na teoria uma instituição da socioeducação não deveria ter aspectos que se assemelhem a uma prisão, sua práxis ainda perpassa por elementos de uma instituição total, promovendo a violência que deveria combater, denotando uma ideologia arcaica que, mesmo com o advindo das leis, ainda é disseminada e mantida.

Ricardo, provocando reflexões, relembra um episódio de extrema perversidade. No mês de outubro de 2015, um vídeo foi amplamente divulgado nas redes sociais, no qual se vê um policial cometendo atos de tortura contra um adolescente, que exibia em suas costas a imagem de um palhaço. O agente empunhava uma faca, que utilizou para raspar e remover a tatuagem de forma brutal, ignorando os clamores do jovem para que cessasse a violência. Em meio a tanta perversidade e selvageria, o policial ainda zombou e ridicularizou o adolescente, enquanto seus colegas de profissão o imobilizavam e agrediam com pontapés e chutes, perpetuando o horror e a crueldade que, em vez de zelar pela segurança pública, representam uma afronta aos direitos humanos.

Em um espetáculo de horror e crueldade, muitos indivíduos, por meio de redes sociais, manifestaram apoio, sarcasmo e fizeram piadas sobre o ocorrido, replicando de certo modo a conduta desumana dos policiais capturada no vídeo. Ricardo então nos convida a refletir sobre o riso como o elemento central da narrativa, conferindo ao espectador uma suposta posição de distanciamento em relação aos eventos em pauta, levando a uma perda de sensibilidade para com o sofrimento alheio e convertendo dramas humanos em espetáculos cômicos.

O autor nos mostra que quanto mais apartados enxergamos o criminoso de nós mesmos, mais confortáveis nos sentimos com relação aos nossos próprios impulsos agressivos. Essa postura implica em evitar a análise das condições sociais que fomentam o crime e em reconhecermos que nós mesmos, inseridos nessas mesmas condições, poderíamos ser impelidos a cometer ações criminosas. Os estereótipos então seriam parte das barreiras que criamos para impedir que alcancemos tanto o contexto social que nos rodeia quanto nossas próprias subjetividades.

Dessa forma, Ricardo afirma que, todos nós, sem exceção, carregamos em nosso Ser aspectos agressivos e violentos e que pela perspectiva psicanalítica, a violência é um fenômeno inerente a todos os seres humanos, e não apenas a uma parcela marginalizada da população, sendo um fator fundador da civilização e desempenhando um papel determinante na formação da subjetividade. Nesse sentido, Ricardo aponta que os instintos agressivos e comportamentos violentos não apenas fazem parte do repertório comportamental humano, como também contribuem para o seu desenvolvimento.

## **A PSICANÁLISE DE WINNICOTT E A COMPREENSÃO ETIOLÓGICA DO FENÔMENO DA ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI**

Lembro-me de quando eu ainda escrevia meu projeto de iniciação científica, também sobre socioeducação, e fui mostrá-lo ao Ricardo, pedindo por sua opinião. Ele havia gostado da fundamentação teórica (até porque nessa temática existem alguns autores da qual não podemos fugir), mas sugeriu que eu acrescentasse Winnicott a ela. Ricardo, especialista nesse autor que é, me apresenta então aos trabalhos desse tão importante autor da psicanálise sobre a *tendência antissocial*. É claro que, em seu livro, não poderia faltar menções acerca da teoria de Winnicott, tendo dedicado um capítulo inteiro para explorar os aspectos da dimensão teórica psicanalítica desses adolescentes, de forma sempre muito minuciosa, atenciosa e didática.

No referido capítulo Ricardo nos conduz à trajetória de Winnicott, um pediatra inglês, que durante a segunda guerra mundial é chamado para trabalhar com crianças que foram afastadas de suas famílias por conta dos planos de evacuação do governo como forma de diminuir os riscos provenientes dos bombardeios. É nesse cenário que Winnicott desenvolve sua teoria da tendência antissocial, correlacionando deprivações na infância com comportamentos antissociais. Segundo Ricardo, esse indivíduo então transgrediria o social na esperança de recuperar a segurança externa perdida. Esperança inclusive é o termo cunhado como a questão central da recuperação dos sintomas da deprivação, pois o grito de socorro no social caracteriza um sinal de saúde emocional, uma fé no reencontro daquilo que perdeu. Cabe então ao ambiente prover tal continência e sobreviver aos impulsos agressivos para que a tendência antissocial não se transforme em uma identidade criminal, pois nesse estágio, tendo não sido ouvido e assistido, não estaria mais presente a busca pelo encontro humano, sendo a identidade infratora então sua única saída de existência.

Àqueles que desejam adentrar no universo da socioeducação, Ricardo nos atenta:

Dessa forma, a oferta e a manutenção se faria necessária, mas nunca em caráter atuado e violento, e sim em um limite estabelecido pelo afeto, pela firmeza, pela proximidade, pelo desejo e pela esperança do profissional frente à demanda ali instalada, ofertando assim a possibilidade de o sujeito ressignificar sua trajetória, agora acompanhado em seu ser, assistido em suas demandas, continente em suas angústias pelo "simples" fato de ser genuinamente acompanhado. A presença somática, intencional e viva do outro, ofertaria aos adolescentes em conflito com a lei uma maior chance de se sentirem vistos, vivos e reais. Essa realidade, geralmente dura, seria agora compartilhada em essência, respingando sobre o colo do profissional as dores, medos, violências vividas por esses meninos. O segredo estaria em como receber toda essa carga, e em parceria com o jovem, reencontrarem novos significados para a vida. Parte do segredo estaria posto no desejo e na sobrevivência de ambos os lados a esse encontro (Rentes, 2022).

## **PERCURSOS DA PESQUISA COM OS MENINOS DE HELIÓPOLIS**

Com cinco anos de pesquisa de campo e uma metodologia criteriosa, a inquietude e dedicação de Ricardo resultou em um trabalho de referência para qualquer um que queira adentrar no âmbito da socioeducação. Alicerçado em excelente estrutura metodológica e fundamentação teórica, seu objetivo principal foi o de compreender a visão dos adolescentes em conflito com a lei perante o fenômeno da criminalidade e levantar qual é a ideia que esses meninos possuíam sobre os porquês do ingresso na vida do crime, bem como quais seriam suas perspectivas de futuro vinculadas à prática infracional.

A coleta de dados se restringiu a adolescentes em conflito com a lei que deram entrada no serviço de medida socioeducativa em meio aberto entre os anos de 2013 a 2017, sendo utilizados como campo de investigação dois serviços de medida socioeducativa da região do Heliópolis, uma das maiores favelas da América Latina, localizada na Zona Sudeste de São Paulo - SP - Brasil. Os participantes selecionados para a pesquisa foram 70 adolescentes e jovens do sexo masculino, entre 12 e 19 anos, moradores do bairro de Heliópolis e região.

A pesquisa foi mista, tendo aspectos tanto quantitativos, em função da expressividade numérica da amostra, e qualitativa mediante os instrumentos de coleta de dados e a escolha por seguir a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).

Os instrumentos para coleta de dados escolhidos foram

1) A consulta aos prontuários individuais (PIAs) dos adolescentes para a coleta de dados sociodemográficos;

2) o procedimento do Desenho-Estória com Tema (DET), que consiste em escolher um tema livre para que o participante desenhe sobre, tendo sido o tema proposto: o Crime. Após a finalização da etapa do desenho, solicita-se ao participante que narre a história subjacente à sua criação e, se desejar, ofereça um título ao final. Tal método é balizado pela psicanálise e tem como objetivo principal compreender a dinâmica inconsciente do participante através da projeção, que é uma forma de defesa utilizada pelo sujeito para expressar aspectos de seu mundo interno que lhe são desconfortáveis ou inaceitáveis, atribuindo-os a outras pessoas ou situações.

3) o procedimento do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), na qual foi criado uma situação-caso mediante o contexto a ser pesquisado (nesse caso baseado na vivência dos adolescentes em conflito com a lei de Heliópolis). A história possui o intuito de fazer com que o adolescente se identifique com os personagens criados e que, a partir daí, opine no desfecho do conto, projetando seus conteúdos em suas respostas. Tal método possui o intuito de acessar os conteúdos internos, opiniões e visões dos participantes por meio da história, e assim evitar respostas tidas como prontas ou politicamente corretas;

## **RESULTADOS**

A partir dos 70 desenhos propostos pelo procedimento desenho-estória com tema (DET) Ricardo alcança 10 categorias representativas da amostra pesquisada, que serão sucintamente discutidas a seguir:

- 1) O crime e sua manifestação do solitário no coletivo (9%): Nessa categoria encontramos aqueles para quem a criminalidade se expressa no coletivo, qual encontram sua salvação e existência no social. Porém, em alguns momentos, mesmo que no coletivo, o desfecho das histórias eram protagonizadas por um ser solitário. A vida na infração ofertaria a possibilidade de encontros e parcerias, no entanto, com incertezas de sua permanência ou existência concreta.
- 2) O crime como expressão e força simbólica (18%): Esta categoria abarca os adolescentes que trouxeram elementos simbólicos como representantes do crime, como figuras de palhaços, carpas e armas, sendo tal expressão uma manifestação de suas identificações com esses representantes subjetivos sociais, na tentativa de encontrar pertencimento e, fazendo parte do grupo, ganhar força egóica e existência social.
- 3) A comunidade e o espaço urbano como cenário criminal (8%): Encontramos nestes desenhos e discursos, principalmente, cenários urbanos cindidos numa espécie de apartheid social. Aqui Ricardo nos traz uma análise de Baumann (2001, 2011) sobre como o fenômeno da guetificação é complementar ao da criminalização da pobreza. A formulação tanto do gueto como da prisão se dá pela mesma finalidade: prender os indesejáveis, sendo pelas grades ou pelo estigma.
- 4) A escolha do feminino para o papel de vítima (7%): Tal manifestação nos atenta para como o domínio de uma cultura machista perpassa por tantos âmbitos e carregando tanta violência acerca das questões de gênero, que não devem ser apenas superadas, mas sim trabalhadas arduamente para que sejam desmontadas a partir de sua estrutura balizadora.



- 5) A corrupção policial e política como parte do cenário criminal (8%): Tal categoria nos explicita um cenário alarmante acerca da segurança pública. Gostaria de apresentar como exemplo a fala de dois adolescentes participantes da pesquisa de Ricardo: *"Também não acho certo quando os policiais corruptos fazem a vítima confessar mediante ameaça, vários parças meus tomaram enquadre, alguns não voltaram para casa, nunca mais vi."* (sic) e *"Só que tinha um polícia atrás, pegou e atropelou meu amigo e pegou e jogou ele no rio e eu consegui escapar"*. Ricardo nos atenta para como está instalado um estado de guerra na qual um dos lados tem autorização hierárquica para ocupar esse papel.
- 6) O crime como expressão do faltante, do violento e da possibilidade de busca de algo (9%): Nessa categoria, o comportamento infracional é interpretado como uma tentativa dos adolescentes de buscar algo significativo, seja de forma concreta ou simbólica, tanto do ponto de vista material quanto subjetivo. Trata-se de uma busca pela sobrevivência no mundo, enfrentando adversidades que envolvem a prática criminosa, suas consequências, ônus e culpa. Ricardo aqui nos traz um relato muito marcante ao contar sobre o desenho de dois meninos:

Como a imagem da brincadeira de empinar uma pipa, aqui trazida por dois meninos como o simbólico representante do crime. Quando a aplicação dos procedimentos com tais adolescentes se encerra, seus relatos e desenhos me impactaram muito, pois denotaram uma fragilidade quase que infantil. Parecia que eu estava na frente de duas crianças, que por algum motivo haviam interpretado o crime como uma forma de brincar no mundo. (Rentes, 2022)

7) O crime como forma de ganhar dinheiro e de ter acesso ao consumo (7%):

Nessa categoria o crime é concebido como uma forma de obter acesso ao consumo e aos bens materiais dentro de uma perspectiva da produção capitalista e do mercado. Essa ideia equivocada de que é possível alcançar o "dinheiro fácil" por meio da prática criminosa é recorrente, tanto na sociedade em geral como também no imaginário dos próprios jovens envolvidos com o crime, sendo possível observar uma realidade financeira oferecida pelo crime muito superior à realidade da maioria da população brasileira, criando uma disputa injusta entre a criminalidade e o mercado formal.

8) O crime como ser e fazer no mundo - identidade e senso de pertencimento

(9%): Aqui a relação com o crime é vista como um fator que evidencia aspectos relacionados à formação da identidade e do senso de pertencimento por parte dos jovens. O envolvimento com atividades criminosas ofereceria aos adolescentes oportunidades de se afirmarem socialmente, ganharem importância no mundo, adquirirem poder e status, além de se identificarem com outros indivíduos que compartilham de suas crenças e valores. Contudo, essa relação também pode gerar conflitos internos ligados ao pertencimento a esse mundo, tais como receios, medos e questionamentos. Segundo Ricardo:

Encontrei marcas de um cotidiano, o crime como uma espécie de fuga, uma fuga para si mesmo, para a oportunidade de Ser no mundo, mas ao mesmo tempo uma sensação de ser enganado e de ser iludido. (Rentes, 2022)

9) O crime como falta de oportunidade, necessidade financeira e diferença social

(10%): Observa-se que uma parcela dos adolescentes estabelece uma relação entre a prática infracional e a falta de oportunidades de emprego, seja no mercado formal ou no mercado paralelo. Para esses jovens, o trabalho é visto como um fator protetivo e uma rede de apoio. Quando essa rede é ineficaz ou ausente, o crime passa a desempenhar esse papel e oferecer uma certa segurança social. Esses adolescentes tomam decisões movidas pelas privações que experimentam e veem suas escolhas como uma forma de se aproximar o máximo possível de uma vivência de justiça social.

10) O crime, seu destino e algumas manifestações (15%): Nesta categoria, podemos observar diversas expressões que versam sobre o crime e seu destino. A possibilidade da prisão ou da morte como destino final da vida criminosa volta a figurar nos desenhos e discursos dos adolescentes e jovens, acompanhadas de sentimentos como dor, tristeza e lágrimas. Sobre isso, Ricardo nos relata de forma tão genuína e passível de identificação:

Quando me deparei com tal resultado, um mal-estar chegou a tomar conta do meu ser como pesquisador durante o processo de construção deste trabalho. Foi muito difícil para mim reconhecer que meninos tão jovens já pudessem trazer perspectivas de vida tão curtas e catastróficas. Embora isso por um lado parece óbvio, indo ao encontro do cenário violento existente e sabido do universo do crime no Brasil, por outro não reconhecer esperança em alguns olhares tão juvenis é, foi, e continuará sendo, para mim algo avassalador e cruel, que por vezes, revoltado, sinto vontade de negar (Rentes, 2022).

Com relação ao procedimento Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), foi contada aos participantes a seguinte história:

"Cleber e Airton são dois adolescentes que moram na comunidade de Heliópolis e região. Cleber tem 16 anos e Airton 17 anos. São amigos desde pequenos. Por algum motivo, que não se sabe direito, ambos começaram a entrar no mundo do crime. Cleber começou a roubar carros a mão armada e Airton começou a traficar drogas. Ambos já haviam parado de estudar há mais de 3 anos. Cleber vacilou e foi pego pela polícia durante um assalto. No flagrante do ato infracional, durante a revista, os policiais viram que Cleber tinha no seu braço uma tatuagem de palhaço; a polícia não gostou e o encheu de porrada. Cleber agora está preso na Fundação CASA e quando sair de lá terá que cumprir também L. A. (Liberdade Assistida). Já Airton, pelo contrário, não foi pego pela polícia até agora, sempre conseguiu escapar. Dentro do tráfico Airton começou como aviãozinho e hoje é gerente da boca. Ninguém mexe com Airton dentro da favela. A família de Airton sabe do que ele faz, mas não falam nada e preferem não se meter na vida do adolescente. Cleber e Airton nunca mais se viram depois que Cleber foi internado na Fundação CASA." (Rentes, 2022)

Na sequência, Ricardo apresentou aos jovens duas perguntas relacionadas ao conto:

1. Por que será que Cleber e Airton entraram na vida do crime?
2. Como você acha que será o futuro de Cleber e de Airton?

Na primeira questão apresentada aos participantes do estudo os resultados obtidos indicaram a emergência de cinco discursos coletivos em relação aos motivos que levam à inserção na vida criminosa: Necessidade e desigualdade social (36%); Força simbólica (19%); Identidade, influência e identificação (19%); Direito ao consumo (16%); e Respeito, independência e senso de pertencimento (10%)

Na segunda questão, que abordou as perspectivas de futuro dos adolescentes e jovens envolvidos, foi possível identificar seis discursos coletivos: A morte ou a prisão como um fim determinado (28%); Mudança de conduta - esperança na reabilitação (16%); Sem mudança de conduta - permanência na prática infracional (12%); Futuro como algo promissor ou idealizado (12%); Futuro como algo incerto (12%) e Futuro como refém de algumas circunstâncias (20%).

Uma das questões que mais me ressaltou foi “a morte ou a prisão como um fim determinado”. É possível observar uma tentativa de autoafirmação por parte dos meninos, que encontram no crime uma oportunidade de se enxergarem e se reconhecerem como protagonistas, como reflexo de uma imagem que lhes oferece uma existência significativa. No entanto a maior parte dos adolescentes e jovens pesquisados, a maioria dos quais sem antecedentes de medidas socioeducativas, apontou como perspectivas de futuro o sofrimento, a prisão ou a morte, juntamente com uma vida constante de risco e perigos palpáveis, como a possibilidade de acabarem em uma cadeira de rodas ou perderem a vida.

Ricardo nos evidencia como, devido a raízes sociais fragilizadas ou inexistentes, a necessidade de estabilidade e sentido na vida desses adolescentes pode levá-los a colocar em risco o pouco que possuem. Sujeitos a turbulências em seu cotidiano, podem ser arrancados de sua existência a qualquer momento. Para eles, o crime se torna um peso de sustentação, uma forma de sobrevivência e de se afirmarem no mundo, às vezes de forma real, outras vezes de forma fictícia. Os dados coletados também apresentam uma realidade contundente, na qual os adolescentes expressam claramente a ausência de perspectivas a longo prazo, como se o futuro não fosse uma possibilidade em suas vidas. Para muitos deles, a ideia de um futuro próspero é praticamente inexistente.

Vale a pena ressaltar que não se tratava de meninos melancólicos, suicidas, imbuídos de características psicopatológicas, depressivas, pelo contrário, eram meninos que carregavam consigo, em boa parte deles, energia, volição e vitalidade. Obviamente, durante essa jornada, encontrei meninos perdidos em si mesmos, soltos, com olhares vazios e sem brilho, violados no seu direito de existir no mundo, porém tais características não estavam presentes na maioria dos adolescentes. A morte tão eminente percebida e sentida em suas falas não seria então pertencente às suas realidades psíquicas do ponto de vista singular e pessoal, mas sim uma morte social, sem espaço de sobrevivência coletiva e durabilidade em nossa sociedade atual. Parece que, de alguma forma, o convite social à finitude estava posto, mesmo que dentro de tais corpos houvesse ainda muita vontade de viver. (Rentes, 2022)

O ato criminoso poderia ser considerado uma forma singular e única de vivenciar experiências que marcam a presença do indivíduo no mundo, deixando uma assinatura indelével no espaço que ocupa, ainda que limitado ao campo da fantasia em alguns casos.

Talvez esse seja o ponto mais duro e cruel para mim. O que quero dizer é que, ao pensar que a vivência desses meninos se resume muito a violações de direitos e privações, o crime não seria uma escolha, mas sim uma consequência. Pode parecer estranho, mas como eu gostaria de encontrar, de fato, um menino que estivesse no mundo do crime porque realmente quis estar, que mesmo tendo inúmeras oportunidades pessoais, familiares e sociais, escolheria estar ali; isso com certeza seria infinitamente menos cruel do que a realidade que vivemos acerca dos motivos de entrada e permanência no crime. Para esse menino, como em qualquer outra situação de liberdade de escolha, que ele pudesse então, ser dentre os ditos bandidos, o melhor bandido, dentro de uma liberdade de escolha baseada em oportunidades reais de vida. (Rentes, 2022)

Ricardo, em uma perspectiva Winnicottiana, frisa que os adolescentes anseiam por limites e orientação em suas ações no mundo. Eles buscam, de forma inconsciente, serem observados, barrados e acompanhados em suas ações, como forma de provar sua própria força e agressividade, sem ter que experimentar a destrutividade de suas ações. Para isso, é preciso que o ambiente ao redor deles seja capaz de sobreviver a essa destrutividade e oferecer um espaço de reparação. Essa capacidade de sobrevivência seria a continuidade da existência e a oferta de um espaço simbólico de reparação, que poderia proporcionar aos adolescentes a oportunidade de reconhecer que são capazes de reparar o dano causado. É importante que os adolescentes percebam a figura cuidadora e limitadora como uma entidade única, para que possam entender que aqueles que eles agredem são os mesmos que lhes oferecem amparo.

## CONCLUSÕES FINAIS

Ao se debruçar na realidade dos adolescentes em conflito com a lei, e através de uma metodologia extensa e rigorosa empregada na pesquisa, Ricardo Rentes consegue mostrar-nos uma face de nossa sociedade marcada por desigualdades estruturais e exclusão social, bem como trazer-nos para a reflexão acerca das práticas socioeducativas e o papel do Estado na proteção dos direitos infanto-juvenis, sendo que uma das coisas que nos fica dessa leitura é a compreensão do quão urgente é a necessidade de políticas públicas efetivas que possam garantir a proteção e o desenvolvimento integral desses jovens.

Como excelente psicanalista que é, Ricardo também tem a delicadeza e o cuidado de nos conduzir no processo de lidarmos com as nossas próprias angústias e projeções que podem surgir ao decorrer da leitura. Leitura essa que deveria ser literatura obrigatória para qualquer profissional que almeje lidar com populações em condição de vulnerabilidade.

Essa obra nos convida a olhar para além de qualquer estereótipo ou preconceito, e a enxergar a humanidade que reside em cada uma dessas histórias de vida. Espero que a partir dessa leitura você também se deixe ser atravessado e afetado pelo encontro dessas 70 comoventes histórias com a experiência e o amor de Ricardo. Sim, amor, pois para se deixar tão entregue, doar anos de sua vida e escuta com tanto acolhimento, dedicação e comprometimento, é preciso amor. Espero que também tenhamos um pouco desse amor em nós.

Ricardo finaliza o livro com a seguinte mensagem:

Que os adolescentes em conflito com a lei não precisem mais utilizar do crime com ferramenta de existência, e que possam assim serem encontrados em seus sentidos, socorros, recados e significados. Fica aqui o convite e espero genuinamente não estar só nessa batalha (Rentes, 2022).

Em nome dos muitos que cruzaram meu caminho na socioeducação, me permito dizer: aqui estamos nós, e que unidos possamos mudar, uma a uma, as histórias desses meninos e meninas, a qual devemos tanto... Muito obrigado.



Ricardo Rentes/ Arquivo pessoal

## REFERÊNCIA

Rentes, R. (2022) **Os meninos de Heliópolis**: O ser e Fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal. Curitiba: Ed. Appris.

## COMO CITAR ESTE TEXTO

Giampietro, Stella K. (2023). Os meninos de Heliópolis: o ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal. Resenha **Pathos**: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia, v. 9, n.1, 249-271. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137resenhaosmeninosdeheliopolis>

RECEBIDO EM: 31/03/2023  
APROVADO EM: 30/04/2023